



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
16º REUNIÃO ORDINÁRIA

02 DE JUNHO DE 2014

MENSAGENS

01- EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 213/2014

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da Emenda: Dep. Ademar Traiano

Altera dispositivos que especifica da lei nº 13.803 de 23 de setembro de 2002, que institui a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE.

RELATOR: PEDRO LUPION

02- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 07/2014 – Mensagem nº 34/2014

Autor: Poder Executivo

Acresce incisos XII e XIII ao art. 208, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e incisos XIII e XIV ao art. 2º e inciso III ao art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005.

RELATOR: PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 6.174/1970. Súmula: *Estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.*

Art. 208. *Conceder-se-á licença ao funcionário efetivo ou em comissão:*

I - para tratamento de saúde;

II - quando acometido de doença das especificadas no art. 232;

III - quando acidentado no exercício de suas atribuições;

IV - para repouso à gestante;

V - por motivo de doença em pessoa da família;

VI - quando convocado para serviço militar;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

VII - para o trato de interesses particulares;

VIII - à funcionária casada, por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar ou servidor de autarquia, empresa pública, de sociedade economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público;

IX - em caráter especial;

X - para concorrer a cargo eletivo;

XI - para frequência a curso de aperfeiçoamento ou especialização.

LEI COMPLEMENTAR N. 108/2005. Súmula: Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica.

Art. 2º. Consideram-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado que visam:

I - atender à situação de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - promover campanhas de saúde pública que não sejam de caráter contínuo, mas eventuais, sazonais, temporárias ou imprevisíveis, por fato alheio à vontade da administração pública;

IV - atender às necessidades relacionadas com a infraestrutura e serviços públicos de apoio considerados, por fato alheio à vontade administrativa, necessários ao plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safras agrícolas;

V - admitir pesquisador e professor visitante e/ou estrangeiro;

VI - atender ao suprimento de docentes e funcionários de escola na rede estadual de ensino e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nas hipóteses previstas na presente lei complementar;

VII - atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública, nas hipóteses previstas na presente Lei Complementar;

VIII - realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais, federais e municipais, sendo que nos dois últimos casos será exigível a celebração de prévio convênio ou instrumento congênere na forma da legislação em vigor;

IX - realizar pesquisas estatísticas de campo;

X - realizar atividade de vigilância e inspeção, relacionada à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana, bem como realizar a defesa e proteção ambiental através do fomento, execução de obras, fiscalização e monitoramento;

XI - Atender às necessidades relacionadas ao segmento de pesquisa agropecuário no que se relaciona a trabalho de campo. Entende-se por trabalhos de campo: preparo do solo, capina, plantio, aplicação de defensivos e corretivos, tratamentos culturais, seleção, avaliação, cruzamento de plantas, testes de vigor, colheita da área agrícola, cruzamento, avaliação, nutrição, manejo, fertilidade, vacinação, inseminação, controle de doenças do rebanho animal;

XII - pessoal técnico especializado ou operacional, para realização, elaboração e execução de projetos, serviços e obras decorrentes de termos de cooperação, ajuste, convênio ou similar, com prazos determinados, bem como implementados mediante acordos internacionais ou de âmbito federal, desde que haja em seu desempenho subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 5º. As contratações serão feitas por tempo determinado, observando-se os seguintes prazos:

I - seis meses, no caso dos incisos I e II do art. 2º;

II - doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 2º.

03- PROJETO DE LEI 237/2014 – Mensagem nº 29/2014

Autor: Poder Executivo

Estabelece o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, e adota outras providências.

RELATOR: ADEMAR TRAIANO

04- PROJETO DE LEI 238/2014 – Mensagem nº 35/2014

Autor: Poder Executivo

Dá nova redação ao inciso III do § 2º do art. 1º da lei nº 17.444, de 27 de dezembro de 2012.

RELATOR: FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.444/2012. *Súmula:* Implementa o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Art. 1º *Fica autorizada a concessão de crédito outorgado de ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 85, de 30 de setembro de 2011, a estabelecimento enquadrado em programa de investimento que realizar obra de infraestrutura no território paranaense.*

§ 1º *A concessão do crédito outorgado não poderá exceder, em cada ano, o limite de cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.*

§ 2º *O benefício previsto no caput:*

I - fica limitado ao valor do investimento realizado;

II - dependerá de prévio termo de compromisso firmado entre o interessado e o Estado do Paraná, definindo o investimento e as condições de sua realização;

III - terá fruição mensal e o valor não poderá ser superior ao débito de ICMS incremental gerado pelo contribuinte no respectivo período de apuração.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

05- PROJETO DE LEI 234/2014

Autor: Tribunal de Justiça

Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do poder judiciário do Estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2014, e adota outras providências.

RELATOR: ALEXANDRE CURI

PROJETO COM EMENDAS DAS COMISSÕES/PLENÁRIO

06- EMENDA DA COMISSÃO DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 21/2013

Autor do Projeto: Dep. Tercílio Turini

Acresce §3º ao Artigo 24 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995.

RELATOR: CAITO QUINTANA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI COMPLEMENTAR N. 76/1995. Súmula: *Dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos e adota outras providências.*

Art. 24. *São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:*

§ 1º. *Os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão, adicionalmente:*

I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e;

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

§ 2º. *O prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 3º. *O prazo da concessão deve atender, em cada caso ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento de modo a assegurar a modicidade das tarifas.*

07- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 783/2011

Autor do Projeto: Dep. Elton Welter

Autor da Emenda: Dep. Valdir Rossoni

Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da mata das araucárias.

RELATOR: ADEMAR TRAIANO

08- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 290/2013

Autor do Projeto: Poder Executivo

Autor da Emenda: Emenda 01- Dep. Valdir Rossoni

Emenda 02- Dep. Paranhos

Obriga as instituições de ensino superior do Estado do Paraná, a preverem nos testes seletivos vestibulares, no mínimo uma questão versante sobre obra de escritor paranaense.

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

RECURSO

09- PROJETO DE LEI 753/2011 - RECURSO

Autor: Ney Leprevost

Dispõe sobre a permissão de porte de arma de fogo pelos servidores de carreira do Instituto De Criminalística e do Instituto Médico-Legal, no âmbito do Estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

10- PROJETO DE LEI 28/2014

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Permite a comercialização e o trânsito da fruta cítrica denominada de poncã no Estado do Paraná e adota outras providências.

RELATOR: PEDRO LUPION

11- PROJETO DE LEI 73/2013

Autor: Elton Welter e Hermas Brandão Júnior

Dispõe sobre as atividades relativas a geração, transporte, filtragem, estocagem e geração de energia elétrica térmica e automotiva com biogás.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

12- PROJETO DE LEI 855/2011

Autor: Rasca Rodrigues

Altera a redação da lei nº 14.037 de 20 de março de 2003, código estadual de proteção aos animais, conforme especifica.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAÚDIO ROMANELLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 14.037/2003. Súmula: Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.

13- PROJETO DE LEI 413/2013

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a indenização de produtores rurais e sobre a proteção de animais silvestres.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM ÚLTIMA DISCUSSÃO

14- PROJETO DE LEI 013/2014

Autor: Luciana Rafagnin

Institui o programa meu mês, minha vida de combate e controle ao câncer de mama para as mulheres acima de 35 anos, no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

15- PROJETO DE LEI 147/2014

Autor: Douglas Fabricio

Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares e dá outras providências.

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

16- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 06/2014

Autor: Professor Lemos

Inclui os parágrafos 4º e 5º, no que especifica, do artigo 8º da Lei Complementar nº 100, de 4 de julho de 2003.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei Complementar n. 07/1976. Súmula: Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º. e 2º. graus, de que trata a Lei Federal nº. 5.962, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências.

Lei Complementar n. 100/2003. Súmula: Acrescenta e altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76 (Estatuto do Magistério Público de Ensino de 1º e 2º Graus).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

17- PROJETO DE LEI 31/2014

Autor: Tercilio Turini

Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente, no segundo final de semana de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

18- PROJETO DE LEI 665/2013

Autor: Professor Lemos

Torna sem efeito todos os atos, sindicâncias e processos administrativos no âmbito da polícia militar e bombeiro militar do Estado do Paraná ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar punição a policiais militares e bombeiros militares do Estado do Paraná, em razão de participação em movimentos reivindicatórios e/ou de manifestação de pensamento.

RELATOR: DEP. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

19- PROJETO DE LEI 250/2012

Autor: Anibelli Neto

Inclui no calendário oficial do Estado do Paraná a “Festa da Paleta Tropeira”.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

20- PROJETO DE LEI 88/2014

Autor: Luciana Rafagnin, Elton Welter, Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Professor Lemos, Toninho Wandscheer

Institui a política de atenção integral à saúde dos trabalhadores da administração pública do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

21- PROJETO DE LEI 157/2014

Autor: Professor Lemos

Institui no âmbito do Estado do Paraná as patrulhas Maria da Penha e dá outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

22- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 25/2013

Autor: Toninho Wandscheer

Inclui o art. 2-a e parágrafos na Lei Complementar nº 137, de 06 de julho de 2011 que regulamenta dispositivos do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos poderes executivo e legislativo dos municípios.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei Complementar n. 137/2011. Súmula: Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

23- PROJETO DE LEI 230/2014

Autor: Ney Leprevost

Dispõe sobre a política de incentivo à saúde no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

24- PROJETO DE LEI 117/2014

Autor: Ney Leprevost

Dispõe sobre as apresentações dos artistas de rua nos logradouros públicos do Estado do Paraná, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

25- PROJETO DE LEI 124/2014

Autor: Elton Welter

Dispõe sobre a política estadual de incentivo à formação de bancos comunitários de sementes locais ou crioulas e mudas e dá outras providências.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

26- PROJETO DE LEI 83/2014

Autor: Dr. Batista

Dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica antes dos 60 (sessenta) dias de atraso de pagamento das tarifas, aos consumidores residenciais no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TADEU VENERI

27- PROJETO DE LEI 229/2014

Autor: Stephanes Júnior

Obriga as operadoras de telefonia a resolverem as questões requisitadas pelos consumidores na primeira ligação do usuário e a retornarem a ligação caso esta caia.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI